

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL DO ASSENTAMENTO RURAL SANTANA NOSSA ESPERANÇA, EM TERESINA-PI*

Clarissa Flávia Santos Araújo**, Alyne Maria de Sousa Oliveira***
e Maria do Socorro Lira Monteiro****

Resumo: Em 2010, em Teresina, havia 14 projetos de assentamento reconhecidos, totalizando uma área de aproximadamente 11.034,06 hectares e 891 famílias assentadas. Com base nesse cenário, analisaram-se as condições sociais dos residentes no Assentamento Rural Santana Nossa Esperança, localizado em Teresina-PI. Com vistas à materialização da pesquisa, metodologicamente utilizou-se o estudo de caso, do tipo descritivo, com foco na observação e interpretação da realidade vivenciada pela população do Assentamento Rural Santana Nossa Esperança, constituído por 143 famílias e selecionado a partir dos critérios de população e proximidade do meio urbano, sendo o mais populoso e próximo de Teresina. Dessa forma, empreendeu-se levantamento documental junto ao INCRA e pesquisa de campo, na qual as famílias assentadas figuraram como unidade observacional. Nessa perspectiva, reconstituiu-se o histórico de constituição do assentamento através das entrevistas realizadas, onde registrou-se um contexto conflituoso na formação do território e na organização social e econômica dos grupos envolvidos, face ao atendimento precário às demandas por parte do poder público e do órgão gestor. Para efeito desta pesquisa, construíram-se indicadores de sustentabilidade social do assentamento, formulados a partir das informações obtidas nos questionários aplicados. Assim, considerando-se o desempenho social, o índice foi de 0,540 (nível médio).

Palavras-chaves: Sustentabilidade social; Indicadores de sustentabilidade; Assentamentos rurais.

Abstract: In 2010, in Teresina there was 14 recognized settlement projects in progress, totalizing an area of almost 11.034,06 hectares and 891 settled families. Based on this stage, it was analyzed social conditions from residents on Santana Nossa Esperança rural settlement, located on Teresina-PI. In order to research fulfill, methodology was based on case study of descriptive type, with focus on observation and interpretation of reality experienced by population of Santana Nossa Esperança rural settlement, constituted by 143 families and selected by population and proximity to urban zone, being the most populous and nearest from Teresina urban zone. So, documental survey in INCRA and field research was realized, on which settled families were considered observational units. On this perspective, history of settlement constitution was reconstituted by resident interviews, registering a conflictive context on territory formation as well as on social and economic organization of involved groups of settled people, in face of precarious attention to settled families demands from public authorities and manager institution. For this research, sustainability indicators of settlement were performed from social approaches, formulated from information obtained on questionnaires. Thus, considering social performance, found subindex was 0,540 (middle level).

Keywords: Social Sustainability; Sustainability Indicators; Rural Settlements.

1. Introdução

Conforme Prado Júnior (1987), o elevado grau de concentração da propriedade fundiária que caracteriza a estrutura agrária brasileira é reflexo da formação econômica constituída desde os primórdios da colonização do país, segundo a qual a propriedade da terra se reúne predominantemente em uma pequena minoria da população.

Para Gonçalves (2001), a efetiva redistribuição da terra, por meio de uma política de reforma agrária, modifica as relações de classes no meio rural, em virtude da democratização do uso e da posse terra,

haja vista que a substituição da predominância da grande propriedade e do latifundiário pelo parcelamento da terra provoca o surgimento de novas relações sociais de produção, marcadas, sobretudo, pela agricultura familiar.

De acordo com Leite (2000), a consolidação dos assentamentos de reforma agrária constitui parte de uma estratégia de desenvolvimento, cujo êxito estará intrinsecamente ligado às possibilidades econômicas e sociais desencadeadas nos projetos, de modo que seus efeitos não são mensuráveis *a priori*. Nesse sentido, enfatiza-se a

necessidade de dimensionar cuidadosamente a relevância dessas unidades no nível local.

Neste contexto, em conformidade com o INCRA (2012), em Teresina havia 14 projetos de assentamento reconhecidos, dos quais sete eram geridos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), quatro estavam sob a responsabilidade do INCRA em parceria com a Prefeitura e três eram administrados pelo Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), totalizando uma área de 11.034,06 hectares e 891 famílias assentadas.

Do universo de assentamentos de Teresina-PI, escolheu-se o Santana Nossa Esperança mantido pelo INCRA, como objeto de pesquisa, em função de ser o mais populoso, constituído por 143 famílias e o mais próximo à zona urbana, localizado a aproximadamente 24 Km da sede do município.

Com base nesse cenário, o objetivo deste trabalho é analisar as condições sociais dos residentes no Assentamento Rural Santana Nossa Esperança, localizado em Teresina-PI. Para tanto, especificamente, reconstituiu-se o histórico de criação do assentamento, construíram-se indicadores e sub-índices sociais, e mensurou-se a sustentabilidade social do assentamento pesquisado.

2. Referencial teórico

Segundo Silva (2001), a reforma agrária, objeto da reivindicação dos trabalhadores rurais, não é uma mera distribuição de pequenos lotes, o que configuraria uma forma de barateamento da força de trabalho para as grandes propriedades; senão uma mudança na estrutura política e social do campo, e uma redistribuição de renda, de poder e de direitos, na qual devem figurar as formas multifamiliar e cooperativa como alternativas viáveis para o não-fracionamento da propriedade. Ou seja, constitui uma estratégia dos trabalhadores rurais para romper o monopólio da terra e assim, possibilitar a apropriação dos resultados do seu trabalho.

No Brasil, de acordo com Medeiros (2003), os assentamentos rurais emergiram ao longo das duas últimas décadas, em consequência da intensificação das lutas por terra e da crescente organização das entidades representativas dos trabalhadores chamados de “sem terra”.

Corroborando a posição anterior, Leite et al (2004), enfatizam que a maioria dos assentamentos no país decorreu das desapropria-

ções motivadas por conflitos e influenciadas pelos movimentos sociais. Portanto, a gênese dos assentamentos resultou de diferentes formas de luta pela terra, como: ocupações massivas, públicas e paulatinas de terras, realizadas por pequenos grupos e de forma silenciosa; resistência pela terra, empreendida por parceiros arrendatários e posseiros que permanecem na terra onde trabalhavam ou moravam; e mista, resultante da pela combinação das formas anteriores.

Para Andrade (2009), o assentamento é um espaço de inclusão social para os segmentos que se encontravam excluídos; no entanto, salienta que a ação de assentar as famílias na terra configura-se no primeiro ato do processo de construção desse território. Logo, assentamentos são entendidos como espaços de chegada e de saída, e nesse sentido, faz-se necessário o estabelecimento de políticas públicas que contribuam para a viabilidade do assentamento.

Em 1987, a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da Organização das Nações Unidas (ONU) solicitou a elaboração de um documento com os princípios fundamentais para o desenvolvimento sustentável, através de um processo de consulta aberto e participativo. Após uma série de debates realizados em todo o mundo por mais de uma década, o lançamento oficial do documento, denominado Carta da Terra (2011) ocorreu em Haia, em 29 de junho de 2000, estabelece que uma sociedade sustentável global deve estar assentada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e em uma cultura de paz, e obedecer os princípios: respeitar e cuidar da comunidade da vida, proteger e restaurar a integridade ecológica, garantir a justiça social e econômica e fortalecer a democracia, a não-violência e a paz.

Na discussão de uma agenda rumo à sustentabilidade no meio rural, distinguem-se as diretrizes dos países desenvolvidos, nos quais os temas prioritários relacionam-se com as normas reguladoras do comércio agrícola, a preservação ambiental e a qualidade de vida no meio rural, daquelas praticadas pelos países em desenvolvimento, onde ganham maior relevância a redução da desnutrição, a segurança alimentar, à luta contra a miséria e a pobreza e a necessidade de crescimento do produto agrícola (FAO, 1995).

Consoante Pinto (2004), no Brasil o debate sobre as estratégias para a internalização de um

modelo sustentável de desenvolvimento rural relaciona-se aos desafios da erradicação da pobreza no campo, da promoção da equidade econômica, da garantia da sustentabilidade ambiental e da reforma institucional (do Estado e do terceiro setor).

Para Bergamasco e Norder (1996), a dinamização que os assentamentos rurais trouxeram para regiões estagnadas pela monocultura e pela baixa densidade populacional é uma comprovação prática dos efeitos positivos que esta estratégia pode trazer. Os assentamentos representam novos núcleos de produção e consumo, refletindo diretamente nas economias locais e na arrecadação de impostos municipais. A vida de um grande número de pessoas, até então marginalizadas ou subempregadas, se transforma nos assentamentos; além de melhorias nas condições de vida, as famílias obtêm rendas mensais acima da média das demais categorias de trabalhadores rurais.

Segundo Leite (2000, p.45), os impactos dos assentamentos são representados pelas “mudanças que ocorrem na relação do assentamento com o seu entorno” e podem ser consolidados em oito eixos temáticos: poder local, participação política e políticas públicas; organização social; configuração produtiva; meio ambiente e ordenamento territorial; demografia; condições de vida e percepção dos próprios sujeitos do processo.

As análises acerca do desenvolvimento refletem as concepções teóricas subjacentes às condições históricas nas quais uma dada sociedade estabelece sua forma particular de reproduzir-se material e culturalmente. Nesta perspectiva, a construção de indicadores configura-se em uma tentativa de objetivação dessa realidade, representada em uma linguagem numérica que possibilite comparações no tempo e no espaço.

Moura et al (2004), definem indicadores como um conjunto de parâmetros que, além de mensurar as modificações, comunicam de forma simplificada o estado do sistema em relação aos critérios e às metas estabelecidas para avaliar a sua sustentabilidade.

Para Bellen (2005), a construção de indicadores de sustentabilidade encerra as seguintes características: dimensões ecológica, social, econômica, cultural e político-institucional; esferas global, regional e local; dados quantitativos ou qualitativos; nível de agregação em indicadores e/ou índices; participação de atores sociais,

top down para especialistas e *bottom-up* para público-alvo; e interpretação dos dados.

Sendo assim, salienta-se que a tarefa de construção de indicadores comporta três importantes desafios: o primeiro, de estabelecer um conceito de sustentabilidade que incorpore de forma abrangente as dimensões relevantes quanto à realidade sob estudo; o segundo, de selecionar variáveis que possam fidedignamente representar os aspectos a ela subjacentes; e o terceiro, de operacionalizar os dados produzidos de forma consistente, exequível e passível de replicação no tempo e no espaço.

3. Metodologia da pesquisa

A sustentabilidade de assentamentos rurais configura-se como objeto de estudo dessa pesquisa, partindo-se da exigência fundamental do conhecimento acerca do modo de vida dos assentados para, *a posteriori*, proceder-se à análise da forma como os variados aspectos da sustentabilidade social afetam suas realidades particulares.

O trabalho encerra natureza qualitativa e quantitativa, por objetivar a análise do perfil social da população residente no Assentamento Rural Santana Nossa Esperança, localizado em Teresina-PI, a partir da percepção dos próprios assentados e a mensuração através de variáveis predeterminadas que expressem as condições em que vivem.

A respeito da estratégia adotada em relação ao local da coleta de dados e à fonte de informações, ressalta-se que o trabalho integra pesquisa de campo, na qual cada família figura como unidade observacional, e levantamento documental junto ao órgão que representa o arranjo institucional ao qual o Assentamento está vinculado.

Ademais, enfatiza-se a adoção de abordagens antropológicas, como a fenomenologia sociológica e a etnometodologia para o entendimento das relações interpessoais ocorridas no interior do Assentamento. Esse exercício metodológico decorre do entendimento de Goldenberg (2001), de que a primeira faz uma crítica radical ao objetivismo da ciência, substituindo as construções explicativas pela descrição do que se passa efetivamente sob a percepção dos sujeitos que vivenciam a situação concreta; enquanto a segunda possibilita compreender a prática artesanal da vida cotidiana, interpretada pelos atores sociais.

Acrescenta-se, o uso do método estatístico, o qual, segundo Hühne (1988), fundamenta-se na

aplicação da teoria probabilística e caracteriza-se pelas preocupações de ordem quantitativa; além do método de estudo de caso que, de acordo com Goldenberg (2001), reúne a maior quantidade de informações detalhadas, através de diferentes técnicas de pesquisa, o que permite apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto, como o do Assentamento Rural Santana Nossa Esperança, mantido pelo INCRA em Teresina-PI, selecionado a partir do critério de população, uma vez que se configura como o mais populoso e próximo à zona urbana, constituído por 143 famílias e distante cerca de 24 Km da sede do município.

A investigação abrangeu uma amostra probabilística de famílias residentes no Assentamento Rural Santana Nossa Esperança, reconhecido em 2005, a partir do universo de 143 famílias assentadas, com erro máximo estatisticamente calculado de 5,0%, resultando em um universo amostral de 105 famílias.

Em relação à pesquisa empírica, o primeiro passo consistiu na realização de reuniões com líderes do assentamento e presidentes das associações, para explicitação dos objetivos do trabalho e apresentação dos instrumentos de investigação, com vistas à obtenção de autorização prévia dos sujeitos. Em seguida, procedeu-se ao trabalho de campo, efetuado por meio de observação direta, cujos fatos foram registrados em diário de campo empreendido durante as visitas ao assentamento estudado.

Com o fito de reconstituir a história do assentamento, realizou-se pesquisa qualitativa, a partir da técnica de análise de conteúdo de entrevistas não-diretivas realizadas com cinco líderes e habitantes mais antigos do assentamento, selecionados através da técnica de “bola de neve”.

Para levantamento dos dados quantitativos, aplicaram-se inicialmente questionários pré-teste com 10,0% da amostra, a fim de corrigir inconsistências e dubiedades; e posteriormente, os definitivos, ambos contendo questões fechadas e abertas, conforme exposto por Babbie (2003), relativamente aos condicionantes sociais do Assentamento Rural Santana Nossa Esperança. Para efeito desta pesquisa, construiu-se o índice de sustentabilidade social da área, a partir das informações obtidas nos questionários aplicados. Sequencialmente, tabularam-se os questionários em planilhas *Excel* com o propósito de construir indicadores sociais do assentamento.

3.1 Índice Social (IS)

O Índice Social (IS) tem por finalidade abranger os elementos que revelam as condições de vida dos assentados, considerando sua capacidade de manterem, em uma perspectiva intergeracional, suas estratégias de reprodução social, a partir da oferta de um conjunto de estruturas produzidas pelo homem (capital construído) que visam ao suprimento das demandas mais fundamentais – comunicação, transporte, habitação, educação, saúde e lazer – presente no assentamento.

O IS contemplou o sub-índice Vivabilidade (MORAES, 2012), através dos parâmetros Abandono dos Lotes, Migração Temporária, Envelhecimento e Juventude; o sub-índice Infraestrutura, constituído pelos parâmetros de Acesso aos Serviços de Telefonia (IBGE, 2010), Acesso a Estradas (INCRA, 2011), Acesso ao Transporte Coletivo, Condições da Habitação, Acesso à Rede Pública de Ensino (IBGE, 2010a), Oferta de Serviços Básicos de Saúde (IBGE, 2010a) e Disponibilidade de Equipamentos de Lazer; e o sub-índice Qualificação para o Trabalho, configurado pelo parâmetro Participação em Cursos de Qualificação, que são dispostos nos tópicos a seguir.

3.1.1 Sub-índice Vivabilidade

Vivabilidade refere-se à integração das famílias camponesas no tecido social agropecuário e rural, o que remete à sua capacidade de dominarem e assumirem os riscos do funcionamento do sistema socioproductivo em relação aos aspectos da reprodução do patrimônio familiar e da força de trabalho, além da interface com os ambientes comunitário e institucional, que promovem uma sociabilidade (MORAES, 2012).

O sub-índice Vivabilidade foi constituído pelos parâmetros Abandono dos Lotes, Migração Temporária, Juventude e Envelhecimento.

O parâmetro Abandono dos Lotes foi obtido a partir dos dados do INCRA e calculado segundo os escores: zero para desistência dos lotes superior a 80,0%; 0,250 para desistência dos lotes entre 60,1% e 80,0%; 0,500 para desistência dos lotes entre 40,1% e 60,0%; 0,750 para desistência dos lotes entre 20,1% e 40,0%; e 1,000 para desistência dos lotes entre 0,0% e 20,0%.

O parâmetro Migração Temporária foi medido conforme informações prestadas pelos assentados e de acordo com os escores: zero para migração anual do responsável pelo lote; 0,500 para

migração esporádica do responsável pelo lote, restrita anos de prejuízo na safra; e 1,000 para nenhuma experiência de migração por parte do responsável pelo lote.

O parâmetro Juventude foi constituído através das informações autodeclaradas pelos assentados e calculado a partir dos escores: zero para responsável pelo lote com idade acima de 41 anos; 0,500 para responsável pelo lote com idade entre 31 e 40 anos; e 1,000 para responsável pelo lote com idade entre 21 e 30 anos.

O parâmetro Envelhecimento foi construído com base nas informações autodeclaradas pelos assentados e ponderado pelos escores: zero para responsável pelo lote com idade até 20 anos; 0,250 para responsável pelo lote com idade entre 21 e 30 anos; 0,500 para responsável pelo lote com idade entre 31 e 40 anos; 0,750 para membro da família mais idoso com idade entre 41 e 50 anos; e 1,000 para responsável pelo lote com idade superior a 51 anos.

3.1.2 Sub-índice Infraestrutura

O sub-índice Infraestrutura abrange a dotação dos equipamentos e serviços essenciais à reprodução social da população assentada e foi elaborado através de observação direta e informações fornecidas pelos assentados. Foi configurado pelos parâmetros de Acesso aos Serviços de Telefonia (IBGE, 2010), Acesso a Estradas (INCRA, 2011), Condições da Habitação, Acesso à Rede Pública de Ensino (IBGE, 2010a), Oferta de Serviços Básicos de Saúde (IBGE, 2010a) e Disponibilidade de Equipamentos de Lazer.

De acordo com IBGE (2010), o parâmetro Acesso aos Serviços de Telefonia apresenta a oferta do serviço à população assentada, proporcionando o contato e a troca de informações entre as pessoas, o que reduz a demanda de transporte, diminuindo a pressão sobre o meio ambiente. Foi calculado a partir da observação direta e informações dos assentados, e segundo os escores: zero para sem acesso ao serviço de telefonia; 0,250 para acesso ao serviço de telefonia próximo, mas fora do assentamento; 0,500 para acesso a orelhão ou telefone fixo/móvel com antena rural, no assentamento; 0,750 para acesso a orelhão ou telefone fixo/móvel sem antena rural, no assentamento; e 1,000 para acesso a orelhão e telefone fixo/móvel sem antena rural, no assentamento.

Em conformidade com INCRA (2011), o parâmetro Acesso a Estradas expressa a disponibilidade de estradas transitáveis ou outras vias de transporte em condições adequadas ao deslocamento da população e escoamento da produção. Foi alicerçado nos seguintes escores: zero para acesso ao assentamento sem abertura de estrada; 0,500 para acesso ao assentamento através de estrada vicinal, ou com revestimento primário (piçarra); 1,000 para acesso ao assentamento através de estrada asfaltada, com Tratamento Superficial Duplo (TSD).

O parâmetro Acesso ao Transporte Coletivo exprime a oferta do serviço público de transporte coletivo aos assentados e foi avaliado com base nos seguintes escores: zero para sem oferta de transporte coletivo no interior do assentamento ou no entorno; 0,500 para acesso ao transporte coletivo no entorno do assentamento, mas fora do seu perímetro; e 1,000 para serviço de transporte coletivo com trânsito no interior do assentamento.

O parâmetro Condições de Habitação foi avaliado através de observação direta e de informações dos assentados e ponderado com base nos seguintes escores: zero para domicílio com revestimento de palha/taipa, cobertura de palha e sem piso de cerâmica; 0,250 para domicílio com revestimento de palha/taipa, cobertura em telha e sem piso de cerâmica; 0,500 para domicílio com revestimento de alvenaria, cobertura em telha, sem piso de cerâmica e sem reboco; 0,750 para domicílio com revestimento de alvenaria, cobertura em telha, piso de cerâmica e sem reboco; e 1,000 para domicílio com revestimento de alvenaria, cobertura em telha, piso de cerâmica e pintura interna e/ou externa.

O parâmetro Acesso à Rede Pública de Ensino foi avaliado por observação direta e informações dos assentados e mensurado através dos seguintes escores: zero para sem disponibilidade de escola pública de nenhum nível de ensino (infantil, fundamental e médio) próxima ao assentamento; 0,250 para disponibilidade de escola próxima, mas fora do assentamento; 0,500 para disponibilidade de escola de um dos níveis de ensino no assentamento; 0,750 para disponibilidade de escola de dois níveis de ensino no assentamento; e 1,000 para disponibilidade de escola dos três níveis de ensino no assentamento.

O parâmetro Oferta de Serviços Básicos de Saúde foi avaliado por observação direta e informações dos assentados e medido segundo os

seguintes escores: zero para sem disponibilidade de equipamento de saúde (hospital, centro ou posto) próximo ao assentamento; 0,500 para disponibilidade de equipamento de saúde próximo, mas fora do assentamento; e 1,000 para disponibilidade de serviço de saúde no assentamento.

O parâmetro Disponibilidade de Equipamentos de Lazer foi avaliado de acordo com informações dos assentados e calculado com base nos seguintes escores: zero para sem disponibilidade de equipamento de lazer, no interior do assentamento ou não soube informar; 0,250 para disponibilidade de equipamento de lazer em condições ruins/péssimas, no interior do assentamento; 0,500 para disponibilidade de equipamento de lazer em condição regular, no interior do assentamento; e 0,750 para disponibilidade de equipamento de lazer em boa condição, no interior do assentamento; e 1,000 para disponibilidade de equipamento em excelente condição de uso, no interior do assentamento.

3.1.3 Sub-índice Qualificação para o Trabalho

O sub-índice Qualificação para o Trabalho foi constituído a partir das informações prestadas pelos assentados e com base no parâmetro Participação em Cursos de Qualificação.

O parâmetro Participação em Cursos de Qualificação foi avaliado conforme as informações prestadas pelos assentados e medido a partir dos seguintes escores: zero para nenhum membro da família com participação em cursos de qualificação em quaisquer áreas, ministrados por quaisquer órgãos e instituições; 0,500 para algum membro da família com participação em cursos de qualificação em atividades não-relacionadas ao sistema agroindustrial, ministrados por quaisquer órgãos e instituições; e 1,000 para algum membro da família com participação em cursos de qualificação em atividades relacionadas ao sistema agroindustrial, ministrados por quaisquer órgãos e instituições.

O cálculo do índice social foi realizado de acordo com Rabelo (2008) e expresso na seguinte fórmula:

$$I_w = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left(\frac{\sum_{i=1}^m E_{ij}}{\sum_{i=1}^m E_{\max i}} \right)$$

Sendo:

I_w = índice social;

E_{ij} = escore do i -ésimo indicador (sub-índice e parâmetro) que compõe o índice I_w obtido no j -ésimo formulário;

$E_{\max i}$ = escore máximo do i -ésimo indicador (sub-índice e parâmetro) do I_w ;

$i = 1, \dots, m$ = número de indicadores (sub-índices e parâmetros) do I_w ;

$j = 1, \dots, n$ = número de formulários respondidos;

$w = 1$ = número de índices específicos (social).

A referida autora salienta que quanto mais próximo de 1,0 (um) for o valor obtido para o índice I_w , melhores serão as condições de sustentabilidade do ambiente, na dimensão sob análise.

No resultado do índice obtido para o assentamento estudado, é possível avaliar o nível de sustentabilidade social e enquadrá-lo em uma escala progressiva, segundo Rabelo (2008, adaptado de ONU/PNUD, 1998) e de acordo com o Quadro 1:

Quadro 1 – Escala de sustentabilidade social do assentamento

ESCALA DE SUSTENTABILIDADE	
GRAU DE SUSTENTABILIDADE	RESULTADO DO ÍNDICE
Sustentabilidade excelente	0,800 = $I = 1,000$
Sustentabilidade boa	0,650 = $I = 0,799$
Sustentabilidade média	0,500 = $I = 0,649$
Sustentabilidade ruim	0,300 = $I = 0,499$
Sustentabilidade crítica	0,000 = $I = 0,299$

Fonte: A autora, adaptado de Rabelo (2008).

Desta forma, alicerçado nesse procedimento metodológico, mensurou-se a sustentabilidade social do Assentamento Rural Santana Nossa Esperança, em consonância com os objetivos desse trabalho.

4. Resultados e discussão

A sustentabilidade de um assentamento rural depende das condições históricas e sociais nas quais foi gestado, das influências políticas que recebeu, do nível de engajamento das famílias envolvidas e da qualidade da atuação do órgão gestor, em busca da consolidação do projeto.

Conforme as entrevistas efetuadas, identificou-se que o assentamento foi constituído a partir de quatro diferentes grupos sociais: os trabalhadores da extinta Fazenda Agropol, residentes no imóvel; os agricultores familiares que arrendavam a terra e habitavam o entorno da propriedade; as famílias de moradores do Conjunto Residencial Deus Quer e imediações, situado na zona urbana sudeste de Teresina, que requisitaram a expropriação da área

para reforma agrária; e as famílias de acampados vinculados ao MST, transferidos do município de Altos-PI, pelo INCRA.

Uma vez formalizado o processo pela APMPRDQ e instaurados os procedimentos de vistoria do imóvel em 2005, o INCRA comunicou ao grupo de ex-funcionários da fazenda sobre a possibilidade de desapropriação. Os requerentes no processo constituíram acampamento na área, coabitando fora dos limites da propriedade, durante aproximadamente seis meses, até o efetivo reconhecimento do assentamento.

Após a autorização pelo INCRA para o ingresso na área da propriedade desapropriada, os dois primeiros grupos – os trabalhadores da extinta fazenda (e que residiam no seu entorno) e os associados da APMPRDQ – fixaram moradia, ocupando conjuntamente um dos galpões edificadas em seu interior. Paralelamente, o INCRA ampliou a capacidade do imóvel e decidiu incorporar em torno de 65 famílias de agricultores sem-terra cadastrados pelo órgão, ao grupo de assentados do Projeto Santana Nossa Esperança, as quais eram originárias do acampamento denominado Nossa Esperança, criado pelo MST, situado no Povoado Mucuí, localizado nas proximidades do município de Altos-PI e não mantinham nenhuma relação de convivência com os ocupantes primeiros do lugar, fato que gerou bastante revolta e exacerbou os contrastes percebidos entre os perfis dos grupos de assentados.

Um ano após a ocupação da área pelas famílias assentadas, presenciavam-se intensas disputas, marcadas por violência física e ataques ao patrimônio individual, o que culminou na formalização de pedidos de desmembramento do assentamento em três parcelas, sob a alegação da impossibilidade de “harmonioso entendimento” entre as partes envolvidas.

Tal configuração redundou em 2008 no desmembramento do assentamento, em PA Santana Nossa Esperança, integrado pelas 75 famílias de arrendatários e ex-trabalhadores da Fazenda Agropol e as 70 famílias requerentes da instalação do projeto, organizados na Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Santana Nossa Esperança (ATRASNE); e o PA Nossa Vitória, composto pelas 65 famílias sem-terra transferidas do Povoado Mucuí, pelo INCRA.

Revoltado com a divisão da área, que

ocasionaria a redução das dimensões da futura área de trabalho individual e questionando a forma de aplicação dos recursos oriundos do Programa de Crédito Instalação, nas modalidades Apoio Inicial e Aquisição de Material de Construção, bem como a destinação de recursos naturais (piçarra) do assentamento por parte da ATRASNE, foi formado um grupo dissidente de assentados residentes no PA Santana Nossa Esperança, dando origem à Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Santana Nossa Esperança (AGRIFASNE).

Desde o desmembramento da área, os atritos verificados no assentamento tornaram-se menos violentos, não obstante as disputas de poder entre as duas associações (ATRASNE e AGRIFASNE) pela representação dos assentados ainda ocorrerem e se fazerem sentir, prejudicando significativamente a execução de projetos de interesse coletivo.

Em função desse cenário, constata-se a existência de campanhas difamatórias de ambos os lados, provocando um ambiente de desconfiança e a completa desarticulação entre as associações, o que dificulta a realização de atividades conjuntas e projetos produtivos sobejamente importantes para a consolidação de um projeto de reforma agrária.

Face ao exposto, compreende-se que as principais motivações para os problemas de sociabilidade verificados no assentamento derivam da iniciativa desastrosa do INCRA em reunir, em uma mesma área, quatro grupos com origens e realidades socioeconômicas e culturais completamente distintas, e do atendimento questionável deste órgão às demandas das populações assentadas.

Em relação aos resultados do Índice Social do assentamento em estudo, o referido índice revelou um patamar de 0,540 (nível médio), contemplado pelos sub-índices Vivabilidade, Infraestrutura e Qualificação para o Trabalho.

O sub-índice Vivabilidade foi configurado pelos parâmetros Abandono dos Lotes, Migração Temporária, Envelhecimento e Juventude, mensurado em 0,640 (nível médio).

De acordo com Medeiros (2003), os assentamentos rurais, além de representarem maior estabilidade para famílias migrantes, consistem em pontos de partida para novas saídas, uma vez que nem todos os assentados permanecem no território, com o passar dos anos.

No caso do Assentamento Rural Santana Nossa

Esperança, a proximidade em relação à zona urbana do município configurou-se como fator inibidor para a desistência das famílias assentadas, o que constituiu o indicador 1,000 (nível excelente) para o parâmetro Abandono dos Lotes, uma vez que somente duas das 143 famílias cadastradas inicialmente no Assentamento Rural Santana Nossa Esperança desvincularam-se formalmente do assentamento.

Para Oliveira et al (2012), a proximidade da zona urbana de Teresina-PI também conforma-se como um fator catalisador da Migração Temporária, em face da maior disponibilidade de ocupações adicionais e da maior facilidade de escoamento da produção oriunda dos lotes, ampliando as possibilidades de complementação de renda para a população masculina, a qual frequentemente “vende diárias” de trabalho a proprietários de chácaras situadas no entorno do assentamento, gerando o indicador 1,000 (nível excelente), para este parâmetro.

Segundo Castro (2012), o termo “jovem camponês” ou “jovem”, é utilizado para designar filhos de camponeses que ainda não se emanciparam da autoridade paterna; sendo, na maioria das vezes, solteiros que vivem com os pais. Adicionalmente, realça-se que a entrada no mercado de trabalho revela-se um critério para caracterizar o jovem rural; enquanto o casamento geralmente representa o ingresso na vida adulta. Acrescenta, ainda, que os jovens migrantes constituem um obstáculo para o funcionamento dos assentamentos, em razão do desinteresse pela “vida rural”, gerando uma descontinuidade da “vida no campo” e da produção familiar.

Nessa perspectiva, salienta-se que o êxodo dos jovens rurais para a zona urbana, problematiza a reprodução social da agricultura familiar no campo, e provoca o envelhecimento da população rural, com menor capacidade laboral, o que inibe a produtividade dos lotes. Assim, entre a população estudada predomina a faixa etária adulta e famílias sem filhos jovens residindo no assentamento, de modo que o parâmetro Juventude situou-se em 0,305 (nível ruim).

A permanência do jovem no campo pode ser estimulada pela revalorização do meio rural, através de iniciativas que busquem a melhoria das condições de vida e ampliação das oportunidades para a população rural, como emprego, educação, lazer, cultura, dentre outros.

Por outro lado, a existência e permanência de

idosos no assentamento expressa as possibilidades do meio rural de produzir as condições de convivência intergeracional, sem comprometer a qualidade de vida na fase idosa. Tendo em vista que a maior parcela da população assentada encontra-se na faixa etária compreendida entre 40 a 60 anos, o parâmetro Envelhecimento resultou no indicador 0,255 (nível crítico).

Uma questão crucial para o êxito da política de reforma agrária se refere à garantia de permanência dos trabalhadores rurais na terra. De modo geral, a precariedade da infraestrutura dos assentamentos, a qual provoca dificuldades de acesso ao transporte, à escola, à assistência à saúde, à falta de apoio à produção, endividamento, sensação de abandono sentida pelos assentados também são as causas que mais contribuem para a evasão nos lotes.

O sub-índice Infraestrutura foi mensurado com bases nos parâmetros Acesso à Telefonia, Acesso a Estradas, Acesso ao Transporte Coletivo, Condições da Habitação, Acesso à Rede Pública de Ensino, Oferta de Serviços Básicos de Saúde e Disponibilidade de Equipamentos de Lazer, e situou-se no patamar de 0,518 (nível médio).

A Instrução Normativa nº 15/2004 (INCRA, 2004), apresenta como requisito para a implantação de um assentamento rural, o estabelecimento de uma infraestrutura básica, como o abastecimento de água, o fornecimento de energia elétrica e a construção de estradas.

Em relação ao assentamento pesquisado, o acesso dá-se através da rodovia federal BR-343, até o trevo da Ladeira do Uruguai; convertendo à direita e seguindo aproximadamente 15,0 km pela rodovia municipal asfaltada TER-120, até o bairro Jardim Europa; e depois, dobra-se à esquerda, trafegando aproximadamente 300m por via revestida de paralelepípedo, seguida de estrada vicinal por 1,0 km, até a entrada do imóvel. Desta forma, o parâmetro Acesso a Estradas foi medido em 0,500 (nível médio), uma vez que o acesso ao assentamento é feito através de estrada vicinal, com revestimento primário (piçarra).

O transporte coletivo é realizado diariamente pela empresa Santana, através da linha Barreiro-Morro Alegre, disponibilizando dois ônibus, aos preços de R\$ 2,10 e R\$ 1,05 para inteira e meia passagens, respectivamente. São realizadas três viagens, de segunda a sexta-feira; e duas viagens, aos sábados; com uma hora de duração. Ressalta-se que os veículos circulam em todas as

ruas do projeto; entretanto, o assentamento não é dotado de paradas construídas e cobertas para os usuários do serviço, os quais se abrigam do sol e da chuva embaixo de palhoças improvisadas. Desta forma, o parâmetro Acesso ao Transporte Coletivo foi mensurado em 1,000 (nível excelente).

No que concerne ao Acesso aos Serviços de Telefonia, destaca-se que a área do assentamento é coberta por sinal de telefonia móvel da operadora Oi e que a instalação de um orelhão está sendo providenciada pela empresa Telemar, o que redundou no indicador para o parâmetro Acesso aos Serviços de Telefonia de 0,750 (nível bom).

Referente às Condições da Habitação, verificou-se que 70,6% dos assentados residem em casas de alvenaria, cobertas por telha, sem piso de cerâmica e sem reboco edificadas pelo INCRA, com os recursos oriundos do Programa de Crédito Instalação, na modalidade Aquisição de Materiais de Construção, o que resultou no indicador 0,495 (nível ruim) para o parâmetro Condições da Habitação. Apesar de as casas serem pequenas, não serem rebocadas, não contarem com piso de cerâmica, os banheiros apresentarem problemas de encanação e algumas possuírem fissuras nas paredes, para 41,2% dos assentados as casas são consideradas de boa qualidade, pois ponderam que não dispunham de outra residência ou que a casa que possuíam ou residiam anteriormente ao ingresso no assentamento apresentava condição inferior à atual. No entanto, destaca-se que quatro assentados, dentre os pesquisados, ainda residem em casas de taipa construídas por eles próprios, por encontrarem-se na lista de espera para inclusão na Relação de Beneficiários (RB) do INCRA.

No âmbito da educação, a população assentada é atendida pelo Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Tio Fernando Santiago e pela Escola Municipal Arthur Medeiros Carneiro (com ensino fundamental diurno e médio noturno), ambos situados no vizinho bairro Jardim Europa, a uma distância de aproximadamente 2,5 Km do assentamento, configurando um indicador de 0,250 (nível crítico) para o parâmetro Acesso à Rede Pública de Ensino.

Em geral, os assentados avaliam a qualidade do ensino, da merenda e do transporte escolar como boa; embora o ônibus escolar não trafegue dentro do assentamento no turno da noite, nem circule todos os dias da semana, o que é apontado como fator de comprometimento da assiduidade escolar dos estudantes.

Em relação à saúde, o equipamento mais próximo, Centro de Saúde Usina Santana, também se localiza no bairro Jardim Europa, distando aproximadamente 2,5 Km do assentamento, resultando no indicador 0,500 (nível médio) para o parâmetro Oferta de Serviços Básicos de Saúde. Todavia, o atendimento é qualificado como ruim, devido à disponibilidade de médico apenas um dia por semana e à esporádica visita dos dois agentes de saúde que integram a equipe do Programa de Saúde da Família (PSF), restrita ao acompanhamento periódico de moradores com dificuldade de locomoção, hipertensos, gestantes, idosos e crianças.

No tocante à prática de atividades de lazer, 100,0% dos entrevistados revelam dificuldade, devido à indisponibilidade/inviabilidade de equipamentos, não obstante já ter sido reservado um espaço apropriado para a construção de um campo de futebol no interior do assentamento e formalizado o pleito junto às autoridades competentes, porém ainda sem atendimento. Nesse sentido, explicitam que a única oportunidade de lazer restringe-se a um campo de futebol improvisado, o que conformou um indicador 0,129 (nível crítico) para o parâmetro Disponibilidade de Equipamentos de Lazer.

Em estreita relação com a qualidade de vida nos assentamentos de reforma agrária, encontram-se questões relativas à dotação de uma infraestrutura básica e a ações estruturais destinadas a alavancar a produção. A infraestrutura básica implantada pelo órgão gestor do Assentamento Rural Santana Nossa Esperança, limitada à construção das habitações, do arruamento, do sistema de abastecimento de água e do fornecimento de energia elétrica ameniza dificuldades, mas não transforma substancialmente as condições de vida das famílias assentadas, uma vez que se encontra divorciada de ações que visem sua independência econômica.

Segundo Pereira (2012), a educação profissional voltada para o campo inclui a preparação para diversas profissões indispensáveis ao desenvolvimento do território camponês, cuja base encontra-se calcada na agricultura, pecuária, agroindústria e serviços relacionados ao campo, etc.

O sub-índice Qualificação para o Trabalho foi constituído pelo parâmetro Participação em Cursos de Qualificação, calculado em 0,462 (nível ruim).

Dentre os cursos que os assentados pesquisados mais participaram destacam-se produção de

doces, enxertia, hidroponia, horticultura, piscicultura, ordenha, criação de animais, compostagem e associativismo, oferecidos pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/PI), e ressalta-se também o curso de montagem e manutenção de computadores pelo ONG Movimento pela Periferia (MP3) para os filhos de assentados.

Nesse contexto, esse panorama mostra-se preocupante, haja vista que a profissionalização e o oferecimento de atividades de promoção social no meio rural contribuem efetivamente para o aumento de renda, a integração e a ascensão social das famílias assentadas, colaborando também para o desenvolvimento socioeconômico do assentamento.

5. Conclusão

As condições vivenciadas nos assentamentos, sejam positivas ou negativas, derivam diretamente da atuação do poder público, nas suas respectivas esferas de competência, uma vez que nenhuma perspectiva de desenvolvimento pode ser viabilizada sem que, pelo menos, o padrão mínimo de sobrevivência seja garantido, as possibilidades de autonomia econômica sejam oferecidas e os direitos e liberdades individuais sejam assegurados.

Nesse sentido, a reforma agrária, em seu sentido lato, teria por finalidade garantir os mecanismos necessários à promoção de uma ruralidade sustentável, considerando a multiplicidade de aspectos que condicionam a vida humana.

Nessa perspectiva, reconstituiu-se o histórico de constituição do Assentamento Rural Santana Nossa Esperança mantido pelo INCRA em Teresina-PI, onde registrou-se um contexto conflituoso na formação do território e na organização social e econômica dos grupos envolvidos, face ao atendimento precário às demandas por parte do poder público e o órgão gestor, o que replica negativamente sobre a exequibilidade de projetos coletivos entre os assentados.

Do ponto de vista social, o referido assentamento apresentou índice 0,540 (nível médio), com base na margem de erro desta pesquisa que é de 5,0%, o que induz à compreensão de que o assentamento caracteriza-se pela sustentabilidade social.

Entretanto, constatou-se que os assentados ressentem-se da insuficiência de atendimento das necessidades básicas, no que diz respeito aos serviços de educação e saúde, e à falta de equipamentos para o lazer.

Nessa perspectiva, ressalta-se que a criação do Assentamento Rural Santana Nossa Esperança, possibilitou uma maior estabilidade e rearranjos nas estratégias de reprodução familiar dos assentados, os quais resultaram em melhoria das condições de vida, além de maior conhecimento e reivindicação dos direitos dos beneficiários da política pública da reforma agrária, que se situam em meio a um processo de resgate da dignidade historicamente comprometida.

Dessa forma, conclui-se que o processo de implantação e desenvolvimento dos assentamentos de Reforma Agrária deve orientar-se pelos princípios da sustentabilidade, no intuito de promover a viabilidade econômica, a segurança alimentar, a preservação ambiental, o acesso a direitos, a igualdade de gênero, geração e etnia, com enfoque territorial ●

Referências:

- ANDRADE, P. S. de. **No compasso da espera, do resistir e do seguir em frente**: a produção do território do assentamento 17 de Abril em Teresina, Teresina 2009. 242f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas), Universidade Federal do Piauí.
- BABBIE, E. Guia para elaboração de questões. In: **Métodos de pesquisa de survey**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. pp.189-210.
- BELLEN, H. M. van. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 256p.
- BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. Col. Primeiros Passos, n.301. 88p.
- CARTA DA TERRA. Disponível em: <<http://www.futurasgeracoes.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2011.
- CASTRO, E. G. Juventude do Campo. In: CALDART, R.S. (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. pp. 437-444.
- FAO. **Agricultura mundial hacia el año 2010**: estudio de la FAO. Ediciones Mundi-Prensa, 1995. 493p.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GONÇALO, J. E. **Reforma agrária como política social redistributiva**. Brasília: Plano, 2001.
- HÜHNE, L. M. (org.). **Metodologia científica**: caderno de texto e técnicas. 2.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1988.

IBGE. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais e Coordenação de Geografia. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Série Estudos e pesquisas: Informação geográfica, n.7. 450p.

_____. Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais e Coordenação de Geografia. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Série Estudos e Pesquisas: Informação Geográfica, n.7. 450p.

_____. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Série Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, n.27. 321p.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária /FAO – *Food and Agriculture Organization*. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: MDA/INCRA, 2000. v.8. 74p.

INCRA. **Instrução Normativa nº 15/2004**, de 30 de março de 2004, que dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de reforma agrária. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 de abril de 2004. Seção 1, p.148.

_____. **Números da reforma agrária**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1148-familias-assentadas>>. Acesso em: 25 mar. 2012.

_____. **Relatório de Gestão, exercício 2011**. Teresina, PI. Disponível em <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

LEITE, S. et al. (coord.). **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Ed. Unesp, 2004.

LEITE, P. S. et al (orgs.). **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: Paralelo 15/ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

MEDEIROS, L. S. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MORAES, M. D. C. **Agricultura familiar camponesa nos cerrados piauienses: desafios para a sustentabilidade**. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=594%3>. Acesso em 15 nov. 2012.

MOURA, L. G. V.; ALMEIDA, J.; MIGUEL, L. A. **Avaliação da sustentabilidade em agroecossistemas: um pouco de pragmatismo**. 2004. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/artigos_sustentabilidade/Lino_Geraldo.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2008.

OLIVEIRA, A. M. S. et al. Assentamento Santana Nossa Esperança e a dinâmica territorial rural-urbano. In: XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL, 15; 2012, Teresina. **Anais**. Teresina: UFPI, 2012.

PEREIRA, I. B. Educação profissional. In: CALDART, R.S. (org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. pp. 286-293.

PINTO, A. G. **Estratégias de desenvolvimento para o Brasil rural: balanço e perspectivas a partir da experiência paulista**. 122f. Tese apresentada à Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RABELO, L. S. **Indicadores de sustentabilidade: a possibilidade do desenvolvimento sustentável**. Fortaleza: Prodema, UFC, 2008.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. Col. Primeiros Passos, n.18. 106p.

***Este trabalho recebeu apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).**

****Economista e Mestranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (MDMA) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), cla.flavia@hotmail.com.**

*****Economista, Mestre e Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Piauí (IFPI), alyne.maria@gmail.com.**

******Professora Associada I do Departamento de Ciências Econômicas (DECON) da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (DDMA) da UFPI, socorrolira@uol.com.br.**